

ARTIGO

UMA LEITURA FILOSÓFICA DO CONCEITO DE MERCADORIA

Resumo

Existem muitas leituras sobre Marx, assim como existem muitas pessoas que admitem sua teoria e muitas que a rejeitam. Nesse sentido, este texto representa apenas mais leitura sobre as ideias desse pensador. Em essência, trata-se de uma leitura preliminar sobre um assunto complexo e abrangente, uma leitura que busca compreender Marx em termos filosóficos. Portanto, a pretensão deste texto não é avaliar se esse pensador é filósofo ou se ele não é filósofo, mas fundamentalmente apontar para uma leitura filosófica das suas ideias a partir da análise introdutória de um dos seus conceitos, a saber, o conceito de mercadoria como aparece essencialmente em sua obra *O capital*.

Palavras-Chave: Valor de uso; Valor de troca; Economia política.

Abstract

*There are many readings on Marx, just as there are many people who admit their theory and many reject it. In this sense, this text represents just more reading on the ideas of this thinker. In essence, this is a preliminary reading on a complex issue, a reading which seeks to understand Marx in philosophical terms. Therefore, the intention of this text is not to assess whether this is the philosopher or thinker if he's not a philosopher, but fundamentally a philosophical reading of his ideas from the introductory analysis of one of its concepts, namely, the concept of merchandise as it appears mainly in the *Capital*.*

Keywords: *Use value; Exchange value; Substance; Political economy.*

* Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professor de Filosofia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: josebvicente@bol.com.br

Estamos acostumados a ouvir falar da obra *O capital*, um importante feito intelectual composto por “três grandes livros” que, infelizmente, apenas o primeiro teve a sua publicação efetivada antes da morte de Karl Marx. A obra é extraordinária e, sem dúvida, representa uma das mais profundas e complexas produções intelectuais da humanidade, mas também não deixa de ser um trabalho teórico polêmico que possui admiradores apaixonados e críticos contundentes; para alguns, é uma obra dogmática, para outros, apenas um guia de libertação. Alguns políticos acreditam que *O capital* é uma obra onde se pode encontrar teses simples e importantes para solucionar as questões políticas, outros enxergam na mesma obra um conjunto de ideologias que em nada contribui para as questões políticas reais; em outros termos, *O capital* surge para alguns como alvo a ser criticado e combatido, e para outros, como solução social a ser defendida e praticada em larga escala. De todo modo, independentemente das discussões que possam ser travadas sobre *O capital*, uma coisa é certa e parece que todos concordam: a obra é, sem qualquer sombra de dúvida, uma referencia importante para o pensamento contemporâneo.

Em *O capital* existe um esforço enorme de Marx no sentido de criticar veemente os grandes fundamentos da economia política e de elaborar uma teoria do valor de troca das mercadorias. Tal esforço, não pode ser compreendido, por exemplo, se não levarmos em consideração as obras *A riqueza das nações* (2008) de Smith e *Princípios da economia política e tributação* (1982) de Ricardo, afinal, sua crítica e sua teoria tomam formas em torno das suas considerações sobre essas obras; no entanto, precisamos sublinhar, ainda que não agrade a maioria, que, em essência, o assunto tratado em *O capital*, não é de forma alguma o mesmo das obras de Smith e Ricardo. Portanto, se queremos falar verdadeiramente da obra *O capital*, precisamos admitir e acostumar com o assunto nela abordado, pois ela é uma obra essencialmente filosófica que critica de forma radical aquilo que na época se chamava de economia política. *O capital*, portanto, representa um esforço enorme de trazer a economia política de volta para o seu campo originário, a saber, o campo da ética e filosofia; para isso, ela conduz novamente as leis da economia em direção às relações sociais e os conceitos de economia política rumo às representações imaginárias da vida social.

Já estamos apontando o rumo do nosso objetivo neste texto que é exatamente analisar *O capital* como uma obra filosófica, mas não temos condição de discutir a totalidade dessa obra magistral e complexa utilizando apenas este espaço, nesse sentido, vamos analisar apenas um único conceito presente nela, a saber, o conceito de mercadoria que, a nosso ver, representa uma referência importante para uma introdução a uma leitura filosófica de *O capital*; assim, nossa atenção incide exclusivamen-

te sobre o início do Livro I, seção I do volume I. Naturalmente, nossa reflexão não pretende ser nenhuma regra e nem uma referência para a leitura da obra de Marx, pretendemos apenas fazer um esforço no sentido de propor um trajeto entre muitos e permitir que seja testado a sua eficácia; sua aceitação ou rejeição apenas contribuirá para fomentar discussões e reflexões em torno do pensamento de Marx.

Uma das dificuldades para se ler a obra de Marx em termos filosóficos encontra-se presente em suas próprias afirmações. Em termos gerais, ele “formalmente”, como observou E. Balibar (1993), rompeu com a filosofia desde 1844-1845. Marx disse claramente que a filosofia deve dar lugar a um “saber real”. Na verdade, para Marx (2007, p.231), “a relação entre filosofia e estudo do mundo real corresponde à relação entre onanismo e amor sexual”. Esse posicionamento de Marx diante da filosofia, no entanto, surge para nós apenas como uma ruptura efetuada por ele em um sentido puramente “formal”, ou seja, o seu objetivo com tal posicionamento era exatamente inaugurar uma nova maneira de se fazer filosofia, a saber, aquela que é percebida nos interstícios de uma obra que se apresenta essencialmente de uma maneira não filosófica.

Se Marx não pretende ser filósofo, mesmo assim ele nunca abriu mão de fazer interrogações profundamente filosóficas e jamais deixou de questionar a própria filosofia. Se ele rompeu com a filosofia, ainda que seja de modo puramente “formal”, tal rompimento aconteceu apenas em relação à prática filosófica sistemática alemã. Por isso, se alguém tentar Marx dentro do campo dos filósofos sistemáticos, principalmente aqueles filósofos da tradição alemã, certamente cometerá um grande erro. Do mesmo modo, quando se pretende fazer uma leitura filosófica da sua obra, não se pode querer apresentá-lo como um pensador cuja intenção é construir um sistema filosófico; Marx jamais se enquadraria nessa linha, pois ele não é um filósofo sistemático e nunca quis e nem construiu um novo sistema filosófico; em seu pensamento a filosofia surge essencialmente como uma atividade crítica.

Marx, por exemplo, ao fazer sua investigação acerca da produção capitalista, não procede como muitos preferem fazer, isto é, ele não faz uma história das relações de produção capitalista, apesar de acreditar plenamente que as realidades sociais devem ser compreendidas como realidades históricas. Para ele, se seguirmos a ordem comum na investigação de algo importante como a questão da produção capitalista, nunca vamos chagar ao ponto essencial e necessário. Assim, em *O capital*, especificamente no livro I, Marx convida o seu leitor a evitar uma investigação puramente “histórica” e fazer uma investigação em termos da “lógica”, pois, para ele, esse tipo de procedimento vai de encontro ao sentido da característica essencial do objeto

investigado. Isso significa dizer, em termos gerais, que toda e qualquer tipo de “reflexão” que se debruce essencialmente “sobre as formas de vida humana, e, portanto, também sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. Começa *post festum* e, por isso, com os resultados definitivos do processo de desenvolvimento”. Ainda sobre esse tema, devemos assinalar que “as formas que certificam os produtos do trabalho como mercadorias e, portanto, são pressupostos da circulação de mercadorias”, diz Marx (1983, p.73), “já possuem a estabilidade de formas naturais da vida social, antes que os homens procurem dar-se conta não sobre o caráter histórico dessas formas, que eles antes já consideram como imutáveis, mas sobre seu conteúdo”.

Portanto, para Marx, na verdade, qualquer tentativa de refletir sobre a sucessão das categorias econômicas seguindo a ordem da sua ação histórica, não pode ser uma reflexão que pretende alcançar êxito e, certamente, caminhará rumo ao fracasso. Não se pode, em hipótese alguma, determinar a ordem da sucessão das categorias econômicas através da relação que existe entre elas como aparece, por exemplo, na sociedade burguesa moderna, pois tal ordem segue um caminho contrário de sua ordem aparentemente natural ou de sua evolução histórica. Se queremos compreender verdadeiramente o desenvolvimento das categorias econômicas precisamos analisar a sua forma desenvolvida. Não é por acaso, portanto, que em *O Capital* Marx procede a uma análise da mercadoria plenamente desenvolvida na sociedade burguesa moderna, e não como ela aparece na pequena produção mercantil.

Ainda que alguns leitores de Marx insistem em eleger a *riqueza* como ponto de partida de *O Capital*, como fez, por exemplo, Moura (2004, p.114) para quem “passa inadvertido a grande número de comentaristas o fato de a arquitetura argumentativa de *O Capital* iniciar-se pela noção de ‘riqueza’ (*Reichtum*) e não pela de ‘mercadoria’ (*Ware*)”, é preciso assinalar que o próprio texto de Marx recusa essa interpretação. A verdade é que quando se fala em mercadoria, estamos falando da forma como a riqueza se apresenta nas sociedades em que domina o modo capitalista de produção, que é o ponto de partida das análises de *O Capital*. O ponto de partida de Marx é, portanto, aquilo que se apresenta por primeiro ao observador; “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista”, diz Marx (1983, p.45), “aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria”.

Mas, ao tomar a mercadoria como ponto de partida, Marx não quer dizer que ela seja o fundamento da vida social, nem o ponto de partida histórico real. Uma

leitura cautelosa mostra que ao longo de *O Capital*, ele tece vários comentários contra a identificação da riqueza com as massas das mercadorias – objeto produzido regularmente para ser vendido em mercado, pois essa identificação exclui outras riquezas sociais – bens naturais como, por exemplo, “o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc.” (MARX, 1983, p.49) que, do ponto de vista da economia política, não têm nenhum “valor”, mas isso não quer dizer, como constata Collin (2006, p.98), que não são riquezas reais, como aqueles bens que apenas dependem da vida social e que não estão incluso no circuito da troca mercantil. Uma outra questão importante e que deve ser sublinhada, é que a mercadoria em sua forma pura, como aparece no livro I, deve-se à divisão do trabalho e à troca mercantil generalizadas; em outras palavras, quando acontece ou está em vias de acontecer a dominação das relações capitalistas; “na totalidade dos vários tipos de valores de uso ou de mercadorias aparece uma totalidade igualmente diversificada, de acordo com gênero, espécie, família, subespécie, variedade, de diferentes trabalhos úteis – uma divisão social do trabalho”. De acordo com Marx (1983, p.50), portanto, “ela é condição de existência para a produção de mercadorias, embora, inversamente, a produção de mercadorias não seja a condição de existência para a divisão social do trabalho”.

A decisão de Marx em tomar a mercadoria como ponto de partida deve-se ao fato dela aparecer, do ponto de vista da economia política, como realidade imediata. Mas, ele a decompõe em “valor de uso” e “valor de troca”; como ele mesmo disse, foi o primeiro a demonstrar de forma crítica, “essa natureza dupla da mercadoria” (MARX, 1983, p.49). Fica assim, evidente, que *O Capital* é uma crítica à economia política cujo objeto é o funcionamento da “economia de mercado” que se confunde com o modo de produção capitalista. Ele não é, portanto, como afirma Althusser (1996; 1996a), uma teoria geral das sociedades humanas, nem a construção de uma ciência histórica. Essa realidade imediata, essa “coisa exterior” – a mercadoria não é definida, primeiramente, nela mesma. É tomada como algo que satisfaz uma necessidade humana. Isto é, como algo que “pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie” (MARX, 1983, p.45), seu desdobramento se dá a partir daí. Portanto, seguindo Collin (2006), uma teoria geral da sociedade não pode partir da mercadoria, ela não é a realidade última. Ela só é o ponto de partida na medida em que se pretende compreender a lógica particular do modo de produção capitalista.

Ninguém pode tocar na mercadoria. Isto é, não posso chegar e colocar o meu dedo ou carregar no meu colo, por exemplo, uma coisa chamada mercadoria, ela não

possui uma característica tal que permite esta ação. Ela não subsiste por si mesma, sendo assim, é algo metafísico que se encaixa, perfeitamente, no sistema das categorias da metafísica tradicional, em especial, na metafísica aristotélica. Mercadoria, portanto, aparentemente uma coisa simples capaz de ser vista e conhecida pela maioria, uma coisa óbvia sem nenhuma necessidade de ser analisada ou definida, se desdobra em “valor de uso” e “valor de troca”; o primeiro permite satisfazer uma necessidade concreta, o segundo é pura quantidade abstrata. Esse desdobramento ocorre quando ela é analisada, fundamentalmente, sob dois ângulos: o da qualidade e o da quantidade respectivamente. Mas, para Marx, por exemplo, uma calça que a tia costura para seu sobrinho, apesar de possuir todas as qualidades que fazem dela uma calça, ela não é uma mercadoria. Como entender isso? É que, de acordo com Marx, as qualidades não fazem, necessariamente, uma mercadoria. O que é inerente à substância da mercadoria é a quantidade que, mesmo variando, não altera absolutamente nada na substância da coisa. Portanto, para Marx (1983, p.62) “o valor de uma mercadoria tem expressão autônoma por meio de sua representação como ‘valor de troca’”.

É, portanto, como disse Collin (2006, p.105), o “valor de troca” que faz de uma coisa uma mercadoria. No ato da troca somem todas as características particulares do valor; este, neste sentido, se reduz à mercadoria. Não muda nada, por exemplo, se alguém trocar dois metros de pano por uma calça, ou uma calça por um par de sapatos. Tomando como fundamento a *Metafísica* (1969) de Aristóteles, podemos considerar a forma valor da mercadoria como sendo uma daquelas substâncias que “são chamadas quantidades em virtude de sua própria natureza” (1020a). Mas, qual é essa substância? É o trabalho e sua grandeza, é o tempo de trabalho social corporificado no produto mercadoria que, no campo da troca, perde suas qualidades concretas, isto é aquilo que faz dela um “valor de uso”, e passa a ser uma quantidade que se reflete na quantidade de outra mercadoria. É importante sublinhar que as proposições da teoria do “valor – trabalho” encontram-se em Smith e Ricardo. No entanto, ao analisar as peculiaridades da “forma equivalente”, Marx (1983, p.61) remete seus leitores a Aristóteles, particularmente ao livro quinto da *Ética a Nicômaco* (2001); “as duas peculiaridades da forma equivalente desenvolvidas por último tornam-se ainda mais palpáveis”, diz ele, “quando retornamos ao grande pesquisador que primeiramente analisou a forma valor, assim como muitas formas de pensamento, de sociedade e da natureza. Este é Aristóteles”.

Essa referência à Aristóteles não é inocente, como sublinhou Collin (2006, p.107-121), e pode ser compreendida de duas formas: primeiro, em Aristóteles a economia é apenas uma parte de uma concepção de conjunto das relações sociais e dos

princípios que devem organizá-las; segundo, Marx ignora os economistas clássicos ingleses de forma intencional, para retomar a questão de onde Aristóteles a deixou, pois pretende resolvê-la. Na verdade, uma leitura do livro V da *Ética a Nicômaco* (2001) deixa bem claro que, de fato, Aristóteles coloca o problema da troca, mas não o resolve, apenas entrevê a solução do problema; “haverá, portanto, reciprocidade quando os termos da proporção forem igualizados, de tal forma”, diz Aristóteles (*Ética a Nicômaco*, 1133a/b) “que o valor do trabalho do sapateiro esteja para o valor do trabalho do fazendeiro com quem a permuta é feita assim como o fazendeiro está para o sapateiro”. Marx pretende, portanto, resolver de uma vez por todas o problema que, segundo ele, foi analisado primeiramente por Aristóteles, mas não resolvido em razão das condições da época; “o gênio de Aristóteles resplandece justamente em que ele descobre uma relação de igualdade na expressão de valor das mercadorias. Somente as limitações históricas da sociedade, na qual ele viveu”, diz Marx (1983, p.62), “o impediram de descobrir em que consiste “em verdade” essa relação de igualdade”.

Para Marx, o que constitui “essa relação de igualdade” é, na verdade, a substância do valor que se resolve em trabalho geral; ou seja, às custas de força de trabalho dos indivíduos. Nenhuma mercadoria possui valor em si mesma, pois o valor não pertence à coisa como um dado fundamental, a substância do valor é o trabalho vivo. Marx não concebe, observa Collin (2006, p. 121-125), a forma valor como algo eterno, mas como resultado de um processo histórico. Somente quando os produtos da atividade humana se transformam em mercadorias, a forma valor se torna independente. Quando a força de trabalho, ou melhor dizendo, a potência física e moral do trabalhador é transformada em mercadoria e surge como uma coisa exterior, que ele coloca no circuito da troca, a forma valor se torna dominante. Portanto, se seguirmos as análises de Marx com cuidado, fica evidente que, para ele, Aristóteles não foi capaz de descobrir a substância do valor porque ela surge como tal no final de toda uma evolução histórica. Como valor de uso a mercadoria é uma coisa simples e, portanto, sem nenhum segredo. Mas, “analisando-a, vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas” (MARX, 1983, p.70). Isso acontece, fundamentalmente, quando ela é tomada como valor de troca; “a forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante a mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física. Mas logo que ela aparece como mercadoria”, diz Marx (1983, p.70), “ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica”. Por outro lado, “além de se pôr com os pés no chão, ela se põe sobre a cabeça perante todas as outras mercadorias e desenvolve de sua cabeça

de madeira cismas muito mais estranhas do que se ela começasse a dançar por sua própria iniciativa”.

Por não ser uma coisa que subsiste por si mesma, um objeto que se pode pegar ou tocar, mas uma relação social que se apresenta sob a forma de uma coisa, Marx reconhece “o caráter místico da mercadoria” que “não provém, portanto, de seu valor de uso” (MARX, 1983, p.70). Ainda podemos dizer sem qualquer receio de errarmos que de acordo com Marx (1983, p.71) “a igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos de trabalho, a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio da sua duração”, diz o pensador alemão, “assume a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho, finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho”. Marx não nega, portanto, como constatou Collin (2006, p.132), o valor dos produtos do trabalho como decorrente de um processo físico, observável. Mas, ele é categórico em dizer que “a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam” (MARX, 1983, p.71).

A mercadoria para o pensador alemão, apesar de apresentar uma aparência fenomenal, ela não é, de modo algum, algo material; significa dizer, portanto, que a mercadoria “não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia”, diz Marx (1983, p.71), “temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens”. Tudo isso pode ser denominado de “fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias”. Marx critica a “economia política” que sem nenhuma precaução, tomou a “forma valor” como seu objeto. A comparação que ele faz dessa “forma valor” com a religião e a referência ao fetichismo que dá às coisas o poder mágico de agir como se fossem seres dotados de uma potência própria, como podemos ler em *O Capital*, explica-se pelo fato dela substituir a realidade das relações sociais por um equivalente ideal; “o valor não traz escrito na testa o que ele é. O valor”, diz Marx (1983, p.72) transforma muito mais cada produto de trabalho em um hieróglifo social”.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Trad. Leonel Vallandro. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

_____. **Ética a Nicômaco**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

BALIBAR, Étienne. **La philosophie de Marx**. Paris: La Découverte, 1993.

COLLIN Denis. **Comprendre Marx**. Paris: Armand Colin, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**. Trad. Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

_____. **A ideologia alemã**. Trad. Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOURA, Mauro Castelo Branco de. **Os mercadores, o templo e a filosofia: Marx e a religiosidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

RICARDO, David. **Princípios da economia política e tributação**. Trad. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Trad. Roberto Franco Valente. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.